

Ata da 18ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 18 dias de abril de 2017, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a décima oitava reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Devolutiva da Câmara Temática de Formação Cultural referente ao seminário sobre o Plano Municipal de Cultura; 2) Apresentação da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de Salvador; 3) Definição dos Conselheiros que participarão das comissões de avaliação e seleção do Selo Literário João Ubaldo Ribeiro – Ano II, Arte Todo Dia – Ano III e do Programa Viva Cultura; 4) Criação de comissão temática provisória para organização da Conferência Municipal de Cultura; 5) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga); Danilo Moura Ferreira Mota (Culturas Identitárias e Inclusivas); Demian Moreira Reis (Circo); Edvaldo de Jesus Barreto (Cabula-T. Neves/Pau da Lima); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade-São Caetano/Centro-Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria/Cajazeiras); Joceval Rodrigues (Câmara Municipal); Joelice Ramos Braga (SMED); Lindinalva Nila R. Freitas (Cultura Popular); Noelia Pires da Silva (Cidade Baixa-Subúrbio/Ilhas); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR) e Tiago Oliveira Nascimento (Literatura). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Marcos Luis Silva Argolo (Valéria/Cajazeiras); Silvio Humberto (Câmara Municipal); Idelfonso Santos Conceição (Cabula-T. Neves/Pau da Lima); Fabricio Cumming de Almeida (Cidade Baixa - Subúrbio – Ilhas) e Salviano José de Almeida Filho (Cultura Popular), sendo que os dois últimos estavam na condição de titulares. Os servidores da FGM que compareceram foram Gildete Ferreira, Plutarco Drummond, Viviane Ramos e Eric Castro e Rebeca Caldas. O Presidente iniciou a reunião lendo a pauta e informou que os pontos 3 e 4 não poderiam ser definidos naquele dia porque não foi alcançado o quórum de maioria simples até aquele momento, 18h, quando foi feita a terceira chamada da reunião. Assim, deveriam ser tratados os pontos 1 e 2 da pauta. Em seguida, leu um ofício que foi enviado pela Associação Ideologia Calabar, que solicitava a participação do CMPC no evento “Política para Comunidades”, promovido pela Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador, o qual seria realizado no dia 22 de abril, e teria como pautas o Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas, o Plano Municipal de Cultura e políticas municipais de fomento. Em seguida deu a palavra para um representante da rede para falar sobre o evento. Rodrigo Calabar, diretor da Biblioteca Comunitária do Calabar, informou que a Rede de Bibliotecas Comunitárias está promovendo o evento de enraizamento comunitário e visa a levar a discussão para as doze comunidades em que as bibliotecas estão inseridas. Assim, solicitou a

participação do CMPC em cada edição que for promovida. O Presidente parabenizou pelo evento, informou que a FGM é responsável pela construção do Plano Municipal de Cultura e sugeriu convidar um representante da FGM e outro do CMPC, sendo que o Conselheiro Tiago Oliveira foi designado para participar do evento. Demian Reis comunicou que no dia 8 de abril um artista circense uruguaio que atuava em espaços públicos foi assassinado com dez tiros em Rondônia, sendo que houve mobilização e comoção em toda comunidade circense mundial. Ressaltou que Salvador é uma cidade de artistas e alta circulação internacional e deve, juntamente com o CMPC, pensar em estratégias de proteção, aos artistas de rua visto que os mesmos estão vulneráveis, e ele conhece casos de assalto na cidade. Defendeu que o trabalho dos artistas é gratuito e democrático, sendo que o público paga o quanto quiser, e eles estão alegrando os espaços públicos. Acrescentou que foi decidido em várias cidades que o dia 08 de abril se tornaria o Dia do Artista de Rua da América Latina. Considerou que Salvador poderia promover alguma coisa, visto que o artista enfrenta barreiras, como o preconceito, sendo associado à mendicância e à violência, o que dificulta a apreciação do público e a atuação dos próprios artistas por terem medo da violência. Assim, a cidade poderia ter uma política mais agressiva de ocupação das praças de uma forma alegre e segura para o público frequentar e os artistas trabalharem. Sugeriu que a FGM realizasse algum evento que divulgasse a identidade profissional de forma positiva e que o Município também considerasse a data 08 de abril. Fernando Guerreiro achou a provocação muito interessante e se propôs a sentar com ele e sistematizar a proposta. Destacou um aspecto importante que é ver quem é artista e quem não é, visto que há outro problema quando o assaltante se passa por artista, gerando uma confusão muito grande e quem está na rua começa a ter medo. Então é possível organizar, mesmo considerando a atuação espontânea, e acrescentou que não gostaria de comemorar a data sem uma ação efetiva, mas ela deve desencadear em projeto, proposta. Orientou Demian Reis a falar com Gildete Ferreira para marcar uma reunião e conversar. Joceval Rodrigues concordou com Fernando Guerreiro, colocou-se à disposição e comprometeu-se que a partir do dia seguinte iria ver a possibilidade da criação do Dia da Arte de Rua ou Artista de Rua em Salvador na data 08 de abril. O Presidente ressaltou a necessidade da construção de um calendário de ações que intensifiquem o turismo e lembrou do Dia da Poesia, comemorado no dia 14 de março, em que é realizado apenas um ato público. Demian Reis concordou com as falas e disse que vai dialogar com outros artistas e construir uma proposta. Tiago Oliveira destacou a importância do trabalho dos artistas de rua no cotidiano da cidade e o potencial gigantesco dentro da sociedade. Citou o trabalho que desenvolve em ônibus na cidade e o contingente de pessoas que ele consegue alcançar, ressaltando que a ideia não é só levar poesia, mas é uma forma de transformação porque eles levam arte que abordam temas e questões do cotidiano, como o preconceito, mobilidade e as músicas populares que fazem alusão à violência sexual contra as crianças e a mulher. Argumentou que os artistas de rua fazem muito mais pela sociedade do que qualquer governo e entidade porque eles estão cara a cara com a população, a qual mesmo sendo

humilde reconhece o poder da arte e contribui com o trabalho deles. Mencionou um projeto que ficou parado na Câmara Municipal durante oito anos, uma iniciativa do ex-vereador Gilmar Santiago que tratava sobre a possibilidade de os artistas de rua terem o direito de trabalhar sem a obrigatoriedade de pagar taxas e tarifas relacionadas à ocupação do espaço público, já que eles não possuem recursos, além de poder ter uma documentação que os credencie a trabalhar nos locais. Sugeriu que o calendário de ações referentes ao Dia do Artista de Rua seja unido ao do Dia da Poesia. O Presidente lembrou da Comissão de Cultura da Câmara, que pode trabalhar para retomar as discussões sobre o projeto de lei citado e disse que os encaminhamentos sobre o assunto podem ser informados na próxima reunião. Edvaldo Barreto lembrou que existe uma incidência muito grande de artistas estrangeiros nas sinaleiras da cidade, sugeriu que Salvador torne isso digno e que a cidade se torne uma passagem obrigatória, recebendo bem os artistas visitantes. Ressaltou a importância de dar dignidade a esses profissionais e de oficializar a liberação das praças para o trabalho deles, bem como a possibilidade de construir intercâmbio. Em seguida, Rita Santos chegou à reunião com uma grande comitiva de baianas e o Presidente apresentou rapidamente os *layouts* das peças publicitárias relacionadas ao programa “Baiana Legal”, proposto em outro momento pelo CMPC, e informou que o material visual será submetido à avaliação da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingaus e Receptivos (ABAM), sendo que na próxima reunião será apresentado com mais detalhes. Rita Santos apresentou a comitiva, composta por baianas do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, ilha e alguns municípios baianos. Informou que no dia seguinte (19) a ABAM completaria vinte e cinco anos e seria realizada a posse da nova diretoria da instituição, sendo essa a justificativa da ausência dos Conselheiros integrantes da instituição na plenária e da convocação dos seus suplentes. O Presidente deu a devolutiva sobre a reunião da Câmara Temática de Formação Cultural com a sociedade civil sobre o seminário referente ao Plano Municipal de Cultura, que foi realizada no dia 11 de abril, e envolveu catorze representantes de instituições da sociedade civil. Informou que o seminário tem como objetivos analisar as políticas culturais desenvolvidas pela gestão municipal; apresentar o Sistema Municipal de Cultura e seus instrumentos de gestão; apresentar a Lei Viva Cultura; contribuir na construção do Diagnóstico Cultural da cidade e garantir a contribuição de diversas manifestações culturais de Salvador no documento final do Plano Municipal de Cultura. Ele disse que a proposta é realizar o seminário na segunda quinzena de julho e que a próxima reunião da comissão seria realizada na quarta-feira seguinte (19), no Teatro Gregório de Mattos. Em seguida, Maurício Souza, o Mr. Armeng, integrante do movimento Freedom Soul e do Movimento Hip Hop de Salvador, recebeu a palavra e informou que recebeu o convite para participar da reunião para que ele pudesse levar mais uma via, a voz das ruas, e assim propor e construir de uma forma positiva e coletiva. Conceição Santos, da Rede de Bibliotecas Comunitárias, ressaltou que é importante ouvir a sociedade civil para que as reais necessidades da cidade sejam ouvidas. O Presidente informou que a Comissão Temática de Formação Cultural cumpriu o papel de facilitar o diálogo com a sociedade civil e

destacou que o Conselho vai fazer o papel de mediar essa relação, deixando que a sociedade civil toque o processo, construa o seminário, sendo que o órgão colegiado vai contribuir no que for possível e levar os informes para as plenárias. Convidou os outros Conselheiros a contribuir com o processo e não apenas os integrantes da comissão de Formação Cultural. Joelice Braga ressaltou que a reunião com a sociedade civil foi muito rica, com uma discussão muito democrática, e considerou que a discussão da proposta do seminário não deve estar restrita à comissão de Formação Cultural, mas deve estar aberta para todas as comissões do CMPC. Dando continuidade, o Presidente comentou que a decisão da Coordenação Colegiada em convidar a Comissão de Cultura da Câmara Municipal deveu-se ao fato de ser uma comissão nova, que tem o papel de discutir a política cultural do Município e de que forma o Legislativo pode contribuir para a construção de dispositivos legais que democratizem e facilitem a distribuição de recursos e a conexão entre a sociedade civil e poder público. Assim, a coordenação considerou a presença da comissão na reunião muito significativa, sobretudo porque a partir de agora o CMPC terá um diálogo com a Câmara Municipal. Informou que foram convidados o presidente da comissão e Conselheiro Suplente do CMPC, Silvio Humberto, o Secretário de Cultura e Turismo e também Conselheiro Titular, Claudio Tinoco, o presidente da SALTUR, Isaac Edington, sendo que os dois últimos não compareceram, e Fernando Guerreiro, presente na plenária. Silvio Humberto recebeu a palavra, agradeceu o convite e saudou os Conselheiros e Conselheiras. Informou que a Comissão de Cultura da Câmara Municipal é um desmembramento da antiga Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que, face ao volume de demandas referentes à área de cultura, culminou na criação de uma comissão específica neste ano. Explicou que esse assunto foi pensado em legislaturas anteriores, em razão das demandas da classe e da própria produção cultural da cidade de pensar uma política de cultura e ter um tratamento específico; além disso, as demandas da área de educação cobriam entre setenta e oitenta por cento da agenda da comissão. Mas, mesmo sem ter uma comissão específica, foram discutidas a lei do Sistema Municipal de Cultura e o Viva Cultura e uma série de projetos que lá chegaram. Citou que as construções foram feitas a quatro mãos, com o que ele chamou de alta política, com diálogo entre poder Executivo, Legislativo e sociedade civil. O Vereador ressaltou que a comissão segue um caminho que já foi percorrido pelo Congresso Nacional, visto que antes a comissão de lá também tratava de vários assuntos, e agora tem-se uma que trata apenas da cultura. Acrescentou que realizou uma reunião entre a Fundação Pedro Calmon, a Fundação Gregório de Mattos e o CMPC, com um debate muito bom do qual saíram muitas propostas, sendo que a população está solicitando a ata, mas por conta da limitação dos funcionários da Câmara, o documento deve ser concluído até o final do mês. Ele disse que a comissão tem a intenção de realizar audiências públicas e que as pessoas podem e devem pautá-la, sendo que se pretende fazer uma construção coletiva, um diálogo aberto com a sociedade civil por meio de reuniões abertas e seminários, e colocou a comissão à disposição. Silvio Humberto destacou que há algo que o deixa incomodado, por conta de sua formação em Economia, que é que a cidade não consegue pensar a

cultura enquanto eixo central de desenvolvimento econômico, portanto é preciso sair da retórica e passar para a prática. Ressaltou que Salvador é cada vez mais uma cidade de serviços onde ocorre a desmaterialização da produção, já que aqui não tem indústria, mas tem gente, logo a cultura tem um papel importante e não polui. Observou que para a juventude negra da cidade as manifestações culturais, como hip hop, arte de rua e poesia, funcionam como uma espécie de salva-vidas, já que possibilitam que as pessoas abram as suas cabeças e geram um processo de autoproteção, mas deveriam estar em outro patamar e gerar trabalho e renda. Considerou importante a iniciativa de o projeto Boca de Brasa alcançar os espaços culturais. Defendeu que deve ser valorizado o potencial de geração de emprego e renda e lembrou que Salvador é uma cidade desigual e concentradora de renda e a cultura não fica imune a isso, assim é importante valorizar as manifestações culturais e levar aos quatro cantos da cidade. Exemplificou o bairro do Garcia, do qual o Teatro Castro Alves está tão próximo, mas contam-se as pessoas da Fazenda Garcia que conhecem o equipamento. Além disso, citou que a Orquestra Sinfônica da Bahia, sediada no bairro, nunca se apresentou no coreto do final de linha, sendo que as músicas que são tocadas no local estimulam a violência, em seguida lembrou do samba junino, expressão cultural surgida nos bairros do Garcia, Engenho Velho da Federação e Engenho Velho de Brotas, ou seja, um cinturão que faz pulsar a expressão cultural na cidade. Silvio Humberto colocou mais uma vez a comissão à disposição para dialogar com a cidade e informou que o grupo é composto por ele, que é o presidente, pelo Vereador Suíca, vice-presidente, e pelos edis Duda Sanches, Felipe Lucas, Igor Kannário, Odiosvaldo Vigas e Tiago Correia. Acrescentou que deve ser feito um debate na cidade sobre a poluição sonora nos bairros populares da cidade, visto que até agora só se pensa nas estratégias de repressão, mas é necessário buscar alternativas para gerar trabalho, ocupação e renda na cidade campeã do desemprego. Informou que a comissão vai se colocar como parceira para pressionar o Poder Executivo e para construir a quatro mãos. Fernando Guerreiro pediu para esclarecer algumas questões e informou que, com a mudança de gestão, a configuração da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) sofreu alterações, sendo que a FGM está se consolidando cada vez mais como uma fundação e não como uma secretaria, tornando-se necessário a SECULT participar do processo e das discussões como órgão autônomo. Ressaltou que a FGM tende a se dedicar às políticas de fomento e não tem relação direta com os eventos, como o Carnaval, e deixou de responder pelos museus e pelo Arquivo Público Municipal. Declarou que isso gera uma grande confusão nas discussões porque enquanto gestor da FGM tem sido cobrado a se pronunciar por coisas sobre as quais não tem responsabilidade. Orientou que, se necessário, os/as Conselheiros/as conversassem com Gildete Ferreira para que ela explique como está sendo desenvolvido atualmente o trabalho da fundação. O gestor da FGM salientou que o órgão tem uma equipe limitada e está empenhada no lançamento de seis editais, na administração dos equipamentos culturais, no lançamento dos Espaços Boca de Brasa e na publicação da lei Viva Cultura. Destacou que os editais ainda são o processo mais democrático de seleção e financiamento público de projetos culturais e

que ele preza pela transparência. Em seguida, Fernando Guerreiro destacou que o CMPC terá funções muito importantes neste ano e que a FGM não poderá cobrir a ausência dos Conselheiros, visto que há atribuições que são exclusivas deles. Alertou que é fundamental que as discussões sejam democratizadas e informou que serão realizadas conferências setoriais e a Conferência Municipal de Cultura, mas é preciso ter cuidado com o excesso de assembleísmo, sendo que as conversas devem culminar em projetos, ingerência e isso exige trabalho. Ressaltou que na conferência todos querem falar e ter visibilidade, mas em seguida será necessário um trabalho de seis, sete horas na elaboração do material final. Assim, toda discussão é importante, mas é necessário ter pessoas que irão catalisar, organizar as informações, para que não seja um “oba-oba” de protestos e confusões no vazio, e considerou que esta é uma etapa vencida no processo democrático. Disse que é o momento de se chegar a proposições objetivas que devem levar a resultados, então é importante que o CMPC a partir de agora passe a ter uma função primordial, sendo que se ele não assumir o “leme do barco”, o processo não vai andar porque o órgão colegiado representa a sociedade civil e ela não pode tomar o lugar dos Conselheiros, pois senão não teria sentido elegê-los. Acrescentou que a sociedade civil pode participar das discussões, mas o CMPC deve estar à frente do processo, caso contrário o processo não vai andar, não se terá resultados. Ressaltou que o nível de mobilização do CMPC ainda é baixíssimo e a participação ainda é muito pequena, sendo que as comissões temáticas não estão andando. Declarou que o Conselho está avançando com a “perna quebrada” e se o processo não for revertido “vai bater na trave” porque não vai resultar em um processo verdadeiramente democrático e vai-se chegar a uma lei orgânica que não será representativa. Fernando Guerreiro destacou que ouvir as reivindicações dos bairros e dos representantes é muito importante, mas que a maioria das reivindicações já é conhecida, o desafio é organizá-las e inseri-las na lei, então perguntou quem vai “queimar pestana” numa noite inteira para organizar as informações. Acrescentou que há uma grande discussão dentro da área de políticas culturais que é diminuir a promoção de eventos e partir para ações estruturantes, sendo que neste ano os eventos devem estar ligados à geração de ações estruturantes e para isso o CMPC tem que assumir um papel muito importante. Lembrou que o Conselho decidiu fazer a conferência municipal independentemente da realização das conferências estadual e nacional, o que ele considerou uma coisa absurda, mas o Município vai avançar nisso. Alertou que a conferência não se torne um palco de espetáculos, mas de ações concretas e de questões que se possam resolver e avançar. O Presidente citou que participou do primeiro seminário realizado pela Comissão de Cultura da Câmara Municipal, lembrou que o CMPC discute as políticas culturais do Município e defendeu a necessidade de fortalecer os instrumentos de gestão cultural integrantes do Sistema Municipal de Cultura, sendo que alguns deles devem ser publicados como lei, sendo necessária a participação da comissão da Câmara. Destacou que é necessário que os vereadores entendam a prioridade dessas questões e que o CMPC possa atender a sociedade a partir dos instrumentos de gestão e de diálogo com o Poder Público. Pediu a Silvío

Humberto para apresentar o calendário dos seminários de Cultura e Desenvolvimento, sendo importante o Conselho ver de que forma pode participar dos debates. Citou a SALTUR, que cuida dos eventos e do Carnaval da cidade e disse que teve informações de que a programação do Carnaval do Subúrbio não contemplou as manifestações culturais da região. Perguntou como o CMPC pode dialogar com a SALTUR para garantir que as manifestações dos bairros sejam contempladas na programação. Retomou a discussão de que a capoeira deve estar presente nos palcos do Carnaval e a baiana de acarajé na simbologia da festa, sendo que nas praças onde acontecem os eventos deve ter um tabuleiro perto do palco como peça importante e todo palco de carnaval deve ter uma baiana de acarajé. Ressaltou a descentralização do Carnaval e lembrou que a FGM não responde, mas é preciso ter um diálogo mais próximo com a SALTUR e com o Conselho Municipal do Carnaval (COMCAR). Disse ainda que os membros do CMPC devem mobilizar junto à sociedade civil, pois o Conselho deve funcionar de fora para dentro, e não ser pautado apenas pelo Poder Público, mas pela sociedade civil e servir como ponte entre esta e o Poder Público e não o contrário. Para isso, deve ser um instrumento de escuta e ter um diálogo afinado com a Câmara de Vereadores, a FGM, a SALTUR e a SECULT. Pediu que os outros Conselheiros se pronunciassem para que o diálogo fosse qualificado. Rodrigo Cavalcanti informou que a SALTUR realiza o Carnaval em onze bairros, mas a Polícia Militar só aprova que sejam feitos em oito bairros simultâneos, então quando há palcos sem funcionamento em bairros é porque é necessário revezar ao longo das noites de Carnaval, entre sábado e terça-feira. O Presidente perguntou sobre a participação das manifestações culturais dos bairros. Rodrigo Cavalcanti respondeu que não participa diretamente do processo, mas é necessário que seja feita a inscrição no COMCAR, que faz a seleção, sendo que alguns artistas de bairro participam, mas ele não sabe explicar como ocorre o processo. Citou que o mesmo ocorre com o Furdunço e o Fuzuê. O Presidente destacou que é importante o CMPC se aproximar do COMCAR para responder as demandas da sociedade. Rodrigo Cavalcanti considerou importante a realização do mapeamento cultural que vai possibilitar descobrir o que está acontecendo em todos os lugares da cidade, de outra forma será difícil o Poder Público ter esse conhecimento. Maurício Souza disse que pode até acontecer a seleção, mas os grupos culturais dos bairros não estão sabendo dos editais e muitas vezes não sabem como se inscrever, considerou importante fazer o mapeamento e exemplificou a contratação de um artista em Cajazeiras por cento e cinquenta mil, sendo que poderiam ser contratados dez artistas por quinze mil reais cada, o que pode possibilitá-los gravar um clipe ou um CD. Ressaltou a necessidade de os agentes culturais estarem atentos aos editais, visto que tem muitos artistas desacreditados no processo, e perguntou se todas as bandas que saem no Diário Oficial do Município tocam durante a festa. Fernando Guerreiro testemunhou que este ano foi um dos melhores de Carnaval de bairro desde que ele começou a trabalhar na Prefeitura. Informou que foi a cinco bairros em um só dia e viu um público imenso com uma diversidade grande de atrações de qualidade, mas não sabia dizer se eram artistas dos bairros, pois não fez uma pesquisa tão

detalhada, mas viu um movimento muito interessante principalmente com relação à plateia participante. Tiago Oliveira perguntou a Silvio Humberto qual canal direto da comissão para que possa sugerir pautas para as audiências públicas. Retomou a fala de Maurício Souza sobre a necessidade da distribuição de recursos para mais artistas em detrimento da concentração em artistas de grande visibilidade, e citou o Mestre de Capoeira Boca do Rio que faz um trabalho social na comunidade de Pituauçu de valorização da cultura e de assistência às crianças com recursos próprios, sendo que o cachê de uma atração no Carnaval custearia o seu trabalho durante um ano inteiro. Mostrou indignação pela contratação do cantor Igor Kannário no valor de cento e vinte mil, o qual colocou no palco um estuprador condenado por abuso a adolescente, sendo que foi pago pela Prefeitura com dinheiro público, e disse que o Conselho tem que se posicionar contra e ir de encontro a todo tipo de violência, principalmente contra a mulher. Considerou inaceitável que a SALTUR decida de cima todas as atrações e o CMPC não possa interferir diretamente nas pautas dos grandes eventos. Joceval Rodrigues esclareceu que há um debate muito grande sobre que atrações levar para o Carnaval dos bairros e disse que o COMCAR é quem decide praticamente tudo da festa e que é necessário rediscutir a formação do COMCAR, visto que ele decide quais as atrações se apresentarão nos bairros populares e nos circuitos tradicionais. Deu o depoimento sobre uma visita que fez a uma reunião do COMCAR e informou que no dia havia uma grande manifestação das associações dos bairros e representantes da sociedade civil perguntando por que atrações conhecidas pelo grande público não se apresentam nas comunidades, alegando que essa seria uma oportunidade de os moradores terem contato com esses artistas. Ponderou que do outro lado a população não conhece o trabalho dos artistas locais por conta da falta de oportunidade, então seria interessante o COMCAR e o CMPC discutirem estratégias de divulgação, promoção e propagação dos artistas de bairro para que a população não se sentisse contemplada apenas por meio de artistas de grande representatividade que recebem grandes cachês. Acrescentou que é difícil a Prefeitura saber qual músico que um determinado cantor vai colocar na sua banda para tocar no Carnaval, pois o COMCAR aprova a atração, cabe a cada músico ter hombridade e saber que está recebendo dinheiro público e ver quem está colocando para tocar. Disse também que há ocasiões em que trocam-se os músicos na última hora. Jadson Nascimento deu depoimento da banda Samba de Tamanco, de Cajazeiras, que já se inscreveu no edital do COMCAR, foi publicada no Diário Oficial, entrou na programação e depois saiu e não tocou no Carnaval e informou que já houve casos de outras bandas serem contratadas depois do Carnaval ser iniciado. Disse que está aguardando a resposta da SALTUR. Joceval Rodrigues disse que isso é uma denúncia grave e que se houve recebimento de dinheiro público sem ter sido efetuada a atividade ou serviço isso tem que ser apurado. Colocou-se à disposição. Marcos Luis Argolo argumentou que quem subiu no trio não foi o vereador Igor Kannário, mas o artista. Acrescentou que existem casos em que artistas experientes, inclusive que se apresentaram em outros países, não são contratados em detrimento de outros que têm influência entre as autoridades

públicas, e que o CMPC tem que fiscalizar. O Presidente registrou a presença de Carina de Souza França, Diretora do Departamento de Política para as Mulheres de Cruz das Almas e agradeceu a sua participação na reunião. Em seguida, defendeu que o CMPC tenha um assento no COMCAR, visto que se ocupa das políticas culturais do Município e que deve assegurar a participação das diversas manifestações culturais na programação do Carnaval. Pediu ajuda aos vereadores porque a nomeação é feita por lei. Disse também que a associação de donos de equipamentos de som e iluminação integra o COMCAR e perguntou qual a relevância de sua atuação. Propôs convidar a Comissão Especial do Carnaval da Câmara Municipal, presidida pelo Vereador Moisés Rocha, o COMCAR e a SALTUR para participar da próxima reunião ordinária e discutir de que forma o CMPC pode contribuir com o Carnaval da cidade. Rita Santos agradeceu, se despediu e informou que daria continuidade à programação da comemoração do aniversário da ABAM. Silvio Humberto ressaltou que a transparência é fundamental no processo de seleção das bandas que tocam no Carnaval, visto que há um chamamento público com publicação dos selecionados no Diário Oficial e nem todos que são publicados tocam, logo deveria haver uma ordem dos selecionados e a distinção entre os selecionados e os suplentes, pois do jeito que funciona há a criação de expectativa e frustração. Defendeu que se deve divulgar os porquês e pensar em uma nova institucionalidade para o processo. Concordou com o Presidente em convidar as instituições ligadas ao Carnaval para uma reunião do CMPC e defendeu que se deve discutir a diferença entre o Carnaval enquanto entretenimento e a parte das manifestações culturais. Citou o Carnaval do Nordeste de Amaralina que já existe há mais de dez anos e só agora o Poder Público interveio. Assim, o Poder Público cumpre o papel de reconhecer o que já existe. Sugeriu que seja utilizado o procedimento de incentivo fiscal para viabilizar a participação de instituições culturais após realização de mapeamento cultural. Exemplificou as bandas de samba da cidade, responsáveis pela cultura do Carnaval durante o ano todo na cidade, mas que não tocam no Dia do Samba, ao mesmo tempo em que grupos são criados apenas para tocar no Carnaval, e funcionam como negócio. Assim, defendeu a necessidade de garantir que os grupos culturais possam se apresentar. Destacou a espontaneidade da população, que desenvolve manifestações culturais nos diversos bairros da cidade, como os atuais gritos de Carnaval, para fugir do circuito mais tradicional. Informou que a Comissão de Cultura da Câmara vai realizar três edições de debate focado em Cultura e Desenvolvimento, cujo calendário ainda será definido, que irá discutir a cultura enquanto eixo de desenvolvimento econômico da cidade. Colocou-se à disposição e informou que o seu Gabinete é o número 06 do anexo da Câmara Municipal, vizinho ao do Vereador Joceval Rodrigues, e que as pessoas podem mandar e-mails com as demandas, sendo que será mantida a ideia de realização das reuniões abertas para receber as contribuições das pessoas. Informou que as reuniões abertas deverão ser realizadas quinzenalmente no Edifício Bahia Center. Além disso, a comissão irá fazer visitas aos equipamentos culturais dos diversos bairros da cidade para conhecer as suas demandas e o Vereador pediu que as pessoas enviassem sugestões.

Fernando Guerreiro informou que foram lançados os editais municipais de cultura, sendo que o Arte Todo Dia e o Selo Literário João Ubaldo Ribeiro estavam com as inscrições abertas, mas o número de projetos inscritos ainda estava muito baixo. Pediu aos Conselheiros para divulgarem, pois, quando se deixa para o último dia há o risco de ter pane no sistema por conta do grande número de acessos; além disso, os editais não poderão ser prorrogados porque está definida uma sequência da agenda. Lembrou que o programa Viva Cultura só depende de um detalhe para ser regulamentado, e será mais uma forma de fomento muito interessante porque vai possibilitar o diálogo entre os possíveis patrocinadores com artistas e produtores culturais e propôs que os Conselheiros se mobilizassem, pois já existia uma quantidade grande de artistas que estão com possíveis patrocinadores “agulhados”. Acrescentou que o edital vai passar pelo crivo de pareceristas e de uma comissão que irão avaliar os projetos dentro de critérios bem definidos. Alertou que muitas vezes os agentes culturais reclamam, mas acabam não escrevendo as coisas, deixando para a última hora e informou que a FGM está à disposição para dar informações e atender ao público. Agradeceu o apoio da Câmara Municipal e os Vereadores presentes e lembrou que o programa terá duração de dez anos, com recursos totais de sessenta milhões. Pediu aos vereadores que acompanhassem o processo e não deixassem isso passar. Rodrigo Cavalcanti disse que é muito importante os artistas fazerem um mapeamento para identificar quem são os maiores pagadores de ISS da cidade, que são as operadoras telefônicas, empresas de cartão de crédito, hospitais, bancos, hotéis e buscar entender quais são os interesses dessas empresas. Orientou que os artistas direcionassem os projetos ao público-alvo das empresas e que tivessem a inteligência para definir qual porta bater, visto que com a crise eles vão selecionar cada vez mais os projetos, sendo mais difícil conseguir sucesso. Perguntou se vai ter algum processo de formação para projetos porque é importante a inteligência na captação de patrocínio. O Presidente retomou a fala de Silvio Humberto e comentou sobre a possibilidade de o programa Viva Cultura financiar atrações nos bairros durante o Carnaval nos próximos anos, sendo importante avaliar isso. Em seguida, lembrou que os próximos pontos de pauta não poderão ser discutidos por falta de quórum. Informou que no dia seguinte, às 17h, seria realizada a reunião da Comissão de Formação Cultural com os movimentos sociais e convidou os Conselheiros/as representantes da sociedade civil a participarem e convidarem agentes culturais. Tiago Oliveira falou sobre as leis de incentivo estadual e federal e acrescentou que as grandes empresas apoiam muito mais os artistas de grande visibilidade e que têm mais espaços de divulgação do que os pequenos projetos, e os artistas populares terminam não tendo espaço, visto que as empresas querem divulgar sua marca para grandes públicos. Perguntou se existem mecanismos dentro da lei de Salvador que assegurem os direitos dos pequenos artistas e produtores. Fernando Guerreiro orientou que os artistas pesquisassem primeiro a lei estadual de incentivo fiscal, o FazCultura, pois ela tem um processo democrático e ele não vê um dirigismo tão forte como ocorreu com a Lei Rouanet. Em seguida, informou que a seleção dos projetos será feita dentro da FGM, e não adianta o proponente chegar com a garantia do apoio se não

apresentar uma proposta interessante que coadune com a política cultural. Ressaltou que hoje existe um mercado alternativo, sendo que várias empresas não querem os artistas de grande representatividade, mas produtos alternativos, no entanto estes têm que ter qualidade, caso contrário elas não irão apoiar. Alertou para a necessidade de serem feitos bons projetos, a importância do profissionalismo e disse que não adianta “satanizar” o empresário, mas é preciso se aproximar dele e dialogar, e que a preferência das empresas por artistas de maior representatividade acontece em todo mundo e não apenas no Brasil. Citou o samba junino e disse que se as bandas brigassem menos e se organizassem estariam em uma posição muito melhor, pois o projeto é muito bom. Rodrigo Cavalcanti informou que as empresas estão passando por um processo de reconexão, e todo mundo quer “limpar a própria barra”. Exemplificou a Skol, que sempre fez propagandas explorando as mulheres e agora refez a sua comunicação. Além disso, as empresas estão interessadas em se aproximar de outros públicos, preferindo apoiar artistas que não são superstars. Citou a Ambev, que não comercializa água mineral em nenhum lugar no mundo, mas criou no Brasil a marca Ama, cujos lucros são totalmente revertidos para as nascentes dos rios. Ressaltou que as empresas de cerveja são as que mais desperdiçam a água e reforçou que a sociedade está entrando em outro momento. O Presidente destacou a importância de se fazer o mapeamento cultural da cidade e do programa de qualificação e formação cultural para que a população possa inscrever bons projetos. Reforçou a importância de se definir na próxima reunião a definição dos pontos 3 e 4 da pauta da reunião que não foram discutidos. Convidou Plutarco Drummond para falar sobre o perfil dos Conselheiros que devem integrar as comissões dos editais e do programa Viva Cultura. O técnico da FGM informou que o Selo João Ubaldo Ribeiro é setorial e é desejável que a pessoa indicada pelo Conselho tenha afinidade com literatura; já o Arte Todo Dia é um edital multissetorial, sendo que a comissão é formada por técnicos da FGM e por pessoas que têm experiência e formação acadêmica em produção, gestão cultural, patrimônio e linguagens, portanto é genérico. Destacou que o papel dos representantes do CMPC nas comissões dos editais é acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos do Município e promover a transparência do processo nos projetos apoiados e selecionados pela FGM; já o programa Viva Cultura terá uma Comissão de Avaliação de Projetos Culturais (CAPC), sendo que o Conselheiro indicado terá o papel de aprovar os pareceres emitidos pelos pareceristas que darão suporte técnico à avaliação dos projetos. Em seguida, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a próxima reunião será realizada no dia 16 de maio, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 16 de maio de 2017.



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

